

Anexo I

Parceria voluntária entre Prefeituras municipais, ONGs, produtores rurais, organizações privadas e instituições de ensino técnico e superior e técnico – O Programa Conservador da Mantiqueira⁶

Objetivos:

Revitalização de áreas degradadas, Reflorestamento e recuperação de mananciais hídricos.

Área de atuação:

Serra da Mantiqueira, maciço rochoso que se estende por 500 km ao longo dos estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

Histórico e características principais:

Um projeto que nasceu pequeno em 2005, com uma simples Lei Municipal de Extrema/MG que se comprometeu a destinar uma verba anual no orçamento municipal para subsídio aos produtores rurais que preservem a natureza em suas atividades.

A iniciativa original partiu da Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Extrema, município com pouco mais de 30 mil habitantes no Sul de Minas, próximo aos estados de São Paulo e Rio de Janeiro.

A ideia de remunerar produtores rurais que demonstrassem resultados na recuperação da natureza em suas propriedades, materializando um conceito que não havia sido aplicado em parte alguma no Brasil: a precificação de carbono feita a partir de um protocolo internacional denominado “*GHG Protocol*”, ferramenta baseada em estudos científicos.

A iniciativa inovadora acabou (lentamente) chamando a atenção de outros municípios, recebendo muitos visitantes, nacionais e estrangeiros, e ganhando prêmios.

O programa de revitalização começou a se expandir de fato a partir de 2015 com a adesão de sete municípios vizinhos. O escopo do programa foi reformulado para incluir o maior número possível de municípios da Serra da Mantiqueira nos três estados – Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro.

⁶ www.conservadordamantiqueira.org

Entre os 284 municípios cortados pela Serra da Mantiqueira, aproximadamente 100 já estão participando no projeto de alguma forma e as adesões continuam aumentando.

O primeiro passo exigido para a adesão de novo município é a aprovação de lei municipal que garanta uma verba no orçamento público para pagamento de serviços ambientais aos produtores rurais que comprovarem o cumprimento de metas definidas para cada propriedade rural.

Os municípios que já aderiram ao programa foram divididos em 20 núcleos operacionais que passaram a receber orientação técnica das instituições de ensino parceiras.

Atualmente o Comitê Gestor é formado por 11 Instituições, entre elas: diversas ONGs nacionais e internacionais com base no Brasil: SOS Mata Atlântica, TNC - *The Nature Conservancy*, WRI - *World Resources Institute* - Brasil, UICN - União Internacional para a Conservação da Natureza, entre outras.

O Programa conta com os municípios participantes, com os produtores rurais, sempre por adesão voluntária, e o apoio de órgãos governamentais como a Agência Nacional de Águas - ANA, além das Instituições de ensino técnico e superior localizadas nos municípios envolvidos.

Há um envolvimento crescente dos produtores rurais que já vislumbram as vantagens na recuperação de áreas de terras degradadas, pressionando inclusive seus representantes para a adesão ao programa.

As Organizações não governamentais desempenham um papel fundamental de articulação entre as instituições de ensino, o poder público e a iniciativa privada, trazendo conhecimento técnico e, sobretudo, buscando recursos para os treinamentos e para os custos da parte operacional da restauração florestal.

Cabe também às ONGs ajudar a engajar os produtores rurais, explicando o projeto municipal, como funciona o processo de produção e o pagamento dos serviços ambientais na propriedade. “Quando se tem uma terra degradada, sem aptidão agrícola, existe a oportunidade de oferecer um incentivo ao produtor e assim garantir a floresta em pé”. A remuneração por esses serviços leva em conta o custo de oportunidade da terra.

Um dos instrumentos para monetizar o projeto é a compensação de carbono, em que empresas investem para neutralizar suas emissões de gases de efeito estufa por meio de investimentos em reflorestamento, pela absorção de CO₂ que as árvores promovem.

Outras fontes de receita do plano são os recursos aportados pelo próprio poder público municipal, estadual ou federal, além de editais de financiamento abertos ao terceiro setor.

Após o reflorestamento, um dos primeiros benefícios percebidos pelos produtores que adotam a restauração florestal é a recuperação de nascentes, mananciais de água fundamentais para as atividades agrícolas. As florestas

favorecem a infiltração de água no solo e garantem o abastecimento hídrico nos períodos de seca.

A organização mantém o foco de atuação no reflorestamento e já providenciou o plantio de 300.000 árvores em seis municípios participantes. As áreas são monitoradas periodicamente para assegurar que a floresta cresça e se regenere.

Mais uma ONG, a Iniciativa Verde, se integrou ao plano a partir de 2021, no 2º convênio já formalizado cuja etapa se estende até 2024. A expansão do projeto eleva o número de municípios e deve ampliar também o número de núcleos para 25, elevando a meta para reflorestar 1,5 milhão de hectares até 2030.

O programa lançou em Julho de 2021 o Portal da Mantiqueira, uma ferramenta de gestão municipal territorial. As bases de dados disponíveis permitem que os produtores rurais e gestores públicos façam um planejamento da restauração mais inteligente e eficiente, priorizando áreas para fornecimento de água e formação de corredores de biodiversidade, por exemplo. O portal lista também todos os projetos municipais ativos e permite acompanhar os avanços do Conservador da Mantiqueira.

Versão preliminar em discussão
